



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **3000499-59.2013.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**  
 Exequente: **Alvaro Zamboni**  
 Executado: **Banco do Brasil S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

V.

Cuida-se de cumprimento de sentença decorrente de ação civil pública movido por **ÁLVARO ZAMBONI** em face do **BANCO DO BRASIL S.A.**

Intimado nos termos do artigo 475-J do Código de Processo Civil, o executado apresentou impugnação, sustentando, entre outros argumentos, que a sentença é ilíquida e que o exequente é parte ilegítima porque a Ação Civil Pública na qual foi proferida o título que ora se executa beneficia associados do IDEC que residiam em São Paulo no ano de 1993.

É o relatório. DECIDO.

Conheço da impugnação, mas a rejeito.

A existência de saldo bancário em contas das quais o exequente era titular à época do plano econômico é fato incontroverso e está demonstrada pelos documentos de fls. 22/23 que não foram impugnados pelo executado.

A sentença exequenda não individualizou os beneficiados pela condenação; logo, todos os consumidores, associados ou não ao IDEC, poderão dela se beneficiar. Afasta-se, em consequência, a preliminar de ilegitimidade ativa (TJSP ED 2041446-95.2013.8.26.000/50000; REsp 1.243.887/PR).

O executado aventou teorias sobre atualização, correção monetária, aplicação de juros, mas não elaborou memória de cálculo e não especificou provas, não se desincumbindo, pois, do ônus que lhe competia.

Pelo exposto, rejeito a impugnação oferecida e **JULGO EXTINTA** a execução, nos termos do artigo 794, I, do Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de levantamento.

Expeça(m)-se, se o caso, certidão(ões) de honorários para o(s)/a(s) advogado(s)/advogada(s) nomeado(s)/nomeada(s), nos termos do convênio OAB/DPE-SP.

P.R.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibaté, 09 de novembro de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA